

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 779, DE 2007

(Apensos os PLs nºs 1.639/2007, 1.665/2007, 2.043/2007 e 210/2011)

Acrescenta o § 1º-A ao art. 74 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Autor: Deputado CELSO RUSSOMANO

Relator: Deputado FÉLIX MENDONÇA
JÚNIOR

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO LUIZ COUTO

Trata-se de Projeto de Lei com a finalidade de estender a competência do Tribunal do Júri a todos os crimes dolosos dos quais resulte a morte da vítima.

Por tratar de matéria conexa, encontram-se apensos os Seguintes Projetos de Lei:

- a) Projeto de Lei nº 1.639/2007, que amplia a competência do Tribunal do Júri para julgar julgamento os crimes dolosos em que ocorrer o evento morte;
- b) Projeto de Lei nº 1.665/2007, que amplia a competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos em que ocorrer o evento morte;
- c) Projeto de Lei nº 2.043/2007, que amplia a competência do tribunal do júri para julgar todos os crimes dolosos em que ocorrer o evento morte;
- d) Projeto de Lei nº 210/2011, que acrescenta o §1.º-A ao art. 74 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

O Projeto de Lei nº 779/2007, que tramita em regime ordinário, foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) e se sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II.

Nesta CCJC, o relator Dep. Félix Mendonça Júnior, votou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 779/2007, 1.639/2007, 1.665/2007, 2.043/2007 e 210/2011, na forma do Substitutivo em anexo, e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo apresentado. Vejamos o Quadro abaixo:

CPP	Substitutivo CCJC	PL nº 779/2007
<p>Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.</p> <p>§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados.</p> <p>.</p> <p>§ 2º Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a</p>	<p>“Art. 74.</p> <p>§4º Ao Tribunal do Júri compete, ainda, o julgamento dos crimes previstos no Código Penal e na legislação especial que, quando praticados dolosamente, resultem na morte da vítima.” (NR)</p>	<p>“Art. 74.</p> <p>§1.º-A Ao Tribunal do Júri compete, ainda, o julgamento dos crimes previstos no Código Penal e na legislação especial que, quando praticados dolosamente, resultem na morte da vítima.” (NR)</p>

<p>este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.</p> <p>§ 3º Se o juiz da pronúncia desclassificar a infração para outra atribuída à competência de juiz singular, observar-se-á o disposto no art. 410; mas, se a desclassificação for feita pelo próprio Tribunal do Júri, a seu presidente caberá proferir a sentença (art. 492, § 2º).</p>		
---	--	--

A competência do chamado Tribunal do Júri está prevista na Constituição Federal e constitui-se em uma das garantias constitucionais previstas no art. 5º de nosso texto magno. A Constituição Federal Brasileira, atual, reconhece a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida ao tribunal do júri em seu art. 5º, XXXVIII:

“(…) XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; (...)”

Com efeito, o júri popular está legitimado constitucionalmente para decidir sobre os crimes que ataquem o bem jurídico da vida dos cidadãos brasileiros e dos estrangeiros aqui residentes.

A competência do Tribunal do Júri prevista na CF, foi, por assim dizer, “regulamentada” ou delimitada no art. 74 de nosso código de processo penal, o qual em seu parágrafo primeiro estabelece: “§1º *Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1o e 2o, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados*”. Ou seja, cabe ao tribunal popular, o julgamento dos casos que envolvem: **homicídio simples, homicídio privilegiado, homicídio qualificado, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio e as várias espécies de aborto.**

Registre-se que pela interpretação dos arts. 76,77 e 78 do CPP, a doutrina e a jurisprudência entendem serem possíveis os julgamentos dos denominados crimes conexos, ou seja, delitos combinados com a prática de um crime contra a vida.

As Constituições Brasileiras de 1891, 1946, 1967 (inclusive a Emenda Constitucional 1/69) e 1988 elencaram o Júri não dentre os órgãos do Poder Judiciário, mas no rol dos direitos e garantias individuais. Na Constituição de 1988, esses direitos e garantias são qualificados como "fundamentais".

Assim como a respeito de outros direitos e garantias fundamentais previstas no texto constitucional, entende-se que os mesmos não podem, em hipótese alguma, serem suprimidos, até mesmo por Emenda Constitucional formalmente aprovada. Quando se trata, contudo, de ampliação de tais direitos e garantias, o entendimento é de que, salvo vedação expressa no texto constitucional, é possível fazê-lo por lei ordinária.

O constituinte estabeleceu uma garantia mínima, mas não restringiu as possibilidades de julgamento por jurados. Ainda que se tenha aprendido e repetido o contrário, não há proibição constitucional que impeça o legislador de abrir a prerrogativa do júri a todos os crimes previstos no Código Penal e nas leis

especiais. Nem para questões cíveis. O que o legislador ordinário não pode é excluir da competência do júri os crimes dolosos contra a vida. Mas pode incluir outros por lei infraconstitucional.

Apesar do STF não ter se manifestado direta ou indiretamente sobre a questão da ampliação da competência jurisdicional do Tribunal do Júri, na doutrina é consenso que a competência do Tribunal do Júri pode ser ampliada por lei ordinária para permitir o julgamento de outro ou outros delitos, como por exemplo, do **Crime de Latrocínio**, previsto no § 3º, do art. 157¹, do CP.

A questão que se coloca é se tal medida melhora a celeridade dos julgamentos e evitaria a impunidade. Não é demais lembrar que a maioria das críticas feitas ao Júri reside justamente na consideração de que, em regra, ele representa uma diminuição, para as partes, das garantias que decorrem do

¹**Roubo**

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90"

julgamento dos processos por órgãos tradicionais do Poder Judiciário (julgamento técnico, imparcial, mediante apreciação das provas em sentença fundamentada). Com efeito, a imposição do Júri para julgamento dos crimes dolosos contra a vida (e outros que a lei ordinária determinar) não constitui direito ou garantia para o indivíduo, mas mera regra de competência.

Não há nem na Justificativa do PL principal nem no Relatório e Voto do Relator nesta CCJC nenhum dado objetivo (pesquisas, estudos, experiência em outros países) que justifiquem tal medida. Ao contrário, sem desconhecer no plano normativo o ideal de “*democracia jurisdicional*”, a prática do Júri tem mostrado uma face menos grandiosa. Fragilidade, sentimentalismo e parcialidade dos Julgadores “populares” e outras possíveis pressões nem sempre lícitas, acabam por afetar a justiça das sentenças, tanto no sentido de absolver quem, segundo as provas, deveria ser considerado culpado como aplicar penas exemplares e excessivas para o tamanho do crime.

Por todo o exposto acima, entendemos que o PL, assim como seu Substitutivo, no mérito, devem ser rejeitados. Assim, o nosso voto é pela rejeição da proposição original e contrário ao parecer do relator nesta CCJC.

Sala da Comissão, em 03 de novembro de 2015.

LUIZ ALBUQUERQUE COUTO

Deputado Federal PT/PB